

# CADERNOS DE GEOGRAFIA

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS  
FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
COIMBRA 1998 N.º 17

HOMENAGEM AO DOUTOR J. M. PEREIRA DE OLIVEIRA



## A LOUSÃ NAS INFORMAÇÕES PAROQUIAIS DE 1721\*

Paulo Carvalho\*\*  
Filomena Simões\*\*\*

### 1. À GUIA DE INTRODUÇÃO

A inclinação espiritual pelos estudos de Geografia Histórica, num contexto de investigação específico, promoveu a inevitável aproximação face a um conjunto de documentos (impressos e manuscritos) anteriores aos meados de oitocentos, alguns dos quais autênticas preciosidades do espólio bibliográfico nacional.

Dentre essa “panóplia” de fontes documentais relativamente diversificadas e mais ou menos estratificadas na escala temporal: cartas de foral, inquirições e sentenças jurídicas, as mais antigas; numeramentos, apuramentos de carácter militar, relatos de viagem, informações paroquiais e corografias, as de idade moderna; censos, tábuas topográficas e estatísticas, e contagens intencionalmente mais rigorosas do ponto de vista científico, as mais recentes, parece-nos pertinente destacar as *Informações Paroquiais de 1721*, não tanto pela diversidade e profunda riqueza geográfica do seu conteúdo, mas sobretudo pela raridade das informações (posto que incompletas) concernentes à população e, de forma muito fruste, ao povoamento lousanense<sup>1</sup>, no primeiro quartel do século XVIII.

Mas o interesse das *Informações Paroquiais de 1721* ultrapassa evidentemente o alcance e o escopo da própria Geografia. Com efeito, as indicações relativas à organização social e religiosa do espaço (ermidas, mosteiros, casas de misericórdia, hospitais ou recolhimentos), a macro-relação dos registos paroquiais<sup>2</sup>, entre outras informações,

posto que não despiciendas ao olhar do geógrafo, são principalmente temáticas nucleares a outros domínios de investigação, e portanto, susceptíveis de comentário apropriado.

Os estudos demogeográficos<sup>3</sup> pré-censitários<sup>4</sup> apesar de apaixonantes alicerçam-se geralmente numa base documental relativamente delgada que não raras vezes suscita interpretações diferenciadas.

BENTO CARQUEJA (1916, p. 19), citando GAMA BARROS, adverte que “A população, na Idade Média, não pode ser calculada com precisão, havendo apenas subsídios para determinar o número aproximado de habitantes”.

Nesta corrente de pensamento, J. V. SERRÃO (1975, pp. 213-216) sublinha as “(...) dificuldades para assentar, com o necessário rigor, o cômputo da população de Portugal no período anterior ao século XVIII, dificuldades relacionadas com a carência e a fragmentação das fontes históricas, com a falta de rigor ou ausência de indicação das fontes utilizadas e das metodologias, com a incompleta cobertura do País”, e que impedem de “(...) traçar linhas rigorosas da evolução populacional (...)”, numa época de “(...) verdadeiro arcaísmo estatístico e demográfico”, problema que também não deixou imune a primeira metade da centúria oitocentista.

No entanto, segundo ainda a expressão do historiador, “(...) não é impossível recrutar dados aproximados nesse

\* Este texto corresponde ao artigo que redigimos, no final de 1996, para a *Arunce* (n.º 7/10, 1992-95), Revista de Divulgação Cultural, editada pela Câmara Municipal da Lousã.

\*\* Instituto de Estudos Geográficos. Faculdade de Letras. Universidade de Coimbra.

\*\*\* Licenciada em Geografia.

<sup>1</sup> A análise geográfica da evolução demográfica e da distribuição da população no “território” lousanense foi, entretanto, objecto de notícia mais detalhada. A este propósito veja-se Paulo Carvalho TOMÁS (1996), *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana apresentada à FLUC, Coimbra, esp. pp. 37-98 e 106-151.

<sup>2</sup> Trata-se dos assentos de baptizados, óbitos, e casamentos manuscritos pelos párocos em livros apropriados para essa finalidade, tarefa essa que a Igreja desempenhou desde o século XVI até ao alvor da segunda década do nosso século, quando a obrigatoriedade geral do registo civil para todos os cidadãos a libertou desse papel.

Os registos paroquiais revestem-se de importância extrema na tentativa de avaliação do movimento natural (saldo fisiológico) de uma dada

população, equacionado e entendido na complexidade social e económica de cada época. Na expressão de Manuela MENDONÇA (1993), que assina o preâmbulo do *Inventário Colectivo dos Registos Paroquiais*, vol. I (Centro e Sul), Lisboa, Arquivo Nacional Torre do Tombo-Secretaria de Estado da Cultura, p. XV, “Um outro aspecto de não menos importância é ainda a mobilidade social, sendo possível seguir o trajecto de cada indivíduo nos momentos mais importantes da sua vida: nascimento, casamento e morte. Muitas outras informações complementares dão corpo à construção histórica: são as testemunhas (...), são as profissões, no seu relacionamento com os lugares e as épocas, enfim uma variedade imensa de dados (...)”.

<sup>3</sup> Neste campo científico somos apologistas que a quantificação deve ser entendida como um meio, e não como uma finalidade, e por isso privilegiamos o carácter social e espacial da Demografia em detrimento da Demografia “pura”, elegendo assim o espaço e os factores envolvidos na sua “arquitectura” enquanto preocupações centrais da análise explicativa, para além de uma certa árida e gélida quantificação e da abstracção modelística.

<sup>4</sup> Anteriores ao primeiro *Recenseamento Geral da População Portuguesa*, levado a efeito em 1 de Janeiro de 1864, que seguiu de perto as orientações do Congresso Internacional de Estatística realizado em Bruxelas no ano de 1853.

domínio de pesquisa (...)” embora a reflexão atinente ao número de habitantes decorra normalmente num terreno moveção sistematicamente abalado pela utilização indiscriminada dos conceitos de fogo, vizinho, morador e alma, sem olvidar o domínio dos limites<sup>5</sup>, e “(...) como tal tendem assim pela via comparativa, para formas de generalização que conduzem por analogia à aproximação numérica”.

Em suma, as informações demogeográficas pré-censitárias, alicerçadas genericamente em apontamentos isolados e provindo de fontes diferentes e desigualmente seguras, não permitem muito mais do que uma estimativa da população, e mesmo assim, o investigador não deverá prescindir da análise diacrónica o mais exaustiva possível.

## 2. AS INFORMAÇÕES PAROQUIAIS DA LOUSÃ RECOLHIDAS EM 1721

Delineado o campo temático alvo da nossa reflexão e iluminado o contexto metodológico em torno do qual gravita o fragmento documental que serviu de base a este sintético e despretenso apontamento, permanece ainda obscura (à luz da presente notícia) a sua malha histórica de envolvimento. A este respeito, antecedendo o lançamento de um olhar geográfico sobre o conteúdo da documentação estremada, permitam-nos aludir de forma sumária ao problema.

Em Portugal as academias régias tiveram o seu alvor com a fundação da Real Academia Portuguesa da História<sup>6</sup>, sob o patrocínio do monarca D. João V, antes que se escoassem os derradeiros momentos do ano de 1720, acontecimento que delata na origem as vigorosas influências culturais e científicas difundidas pelos *estrangeirados*, quais estrelas inebriando de iluminismo, empirismo e utilitarismo, a génese científica e cultural do Portugal moderno.

Uma das primeiras demandas da jovem Academia, logo no dealbar de 1721, consistiu na elaboração e aprovação de meia dezena de “(...) listas de informações a pedir a outras tantas entidades – arcebispos e bispos, cabidos, ordens religiosas, câmaras e provedores das comarcas” (CHORÃO, 1987, p. 94)<sup>7</sup>, servindo o objectivo central de se escrever a história eclesiástica do reino.

No caso da diocese de Coimbra, o inquérito expedido pelo Cabido aos respectivos párcos resulta da condensação e da melhoria dos quesitos remetidos pelos académicos, tal como opina CHORÃO (*op. cit.*, p. 95).

O inquérito coimbrão, impresso e datado de 18 de Abril de 1721, determinava ordem explícita para que os seus destinatários (reverendos priores, reitores, vigários, e curas anuais) promovessem toda a diligência para “(...) alcançar as notícias, e fazer a informação, tudo debaixo da mesma pena” em apenas quinze dias, sob pena de 4000 reis, tolerando-se mais cinco dias para a entrega da informação (entretanto recolhida) ao Escrivão da Câmara do Bispado”, “(...) por pessoa segura (...)”, seguindo, finalmente, as notícias “(...) com toda a brevidade (...) à Cidade de Lisboa Ocidental (...)”<sup>8</sup>.

Apesar das incertezas relativamente ao envio de alguma coisa das informações entretanto recebidas pelo Cabido de Coimbra para a academia de sábios, parece certo que os originais, autógrafos dos respectivos párcos, permaneceram em Coimbra, achando-se, porém, hoje truncados<sup>9</sup>.

A relação entre as *Informações Paroquiais* originais e as *Notícias das Igrejas do Bispado de Coimbra* é indirecta pois os autores desta compilação, os cônegos Pantalião Pereira de Sampaio e Manuel Moreira Rebelo<sup>10</sup>, “(...) trabalharam o material recolhido como entenderam, e a seu modo ordenado o remeteram à Academia” (MADAÍL, 1936-37, p. 196), elementos que serviriam de base a uma história eclesiástica do Bispado de Coimbra, “(...) intento que se não chegou a realizar” (Idem, *ibidem*, p. 194).

Dos originais das *Informações Paroquiais* da Lousã e seu termo, lograram chegar até aos nossos dias os concernentes às freguesias de Serpins, Vilarinho, Rio de Vide e Lousã, guardados a bom recato no Arquivo da Universidade de Coimbra. Os seus congéneres atinentes a Foz de Arouce e a Casal de Ermio não escaparam aos efeitos perniciosos da noite do tempo, isto se admitirmos a sua realização.

No final do artigo coligimos estes documentos originais, mediante transcrição<sup>11</sup> para português corrente, e reproduzimos textualmente a parte dos artigos editados pelos distintos colaboradores da “página cultural” do an-

<sup>5</sup> Quando o investigador “mergulha” na grande escala de análise e privilegia os estudos regionais e locais, dificilmente evita problemas no âmbito da delimitação espacial, adversidades frequentemente agravadas em resultado da profusão e da heterogeneidade mais ou menos acentuada dos diferentes “riscos” (administrativos, jurídicos, religiosos, militares, entre outros) que de forma imaginária rasgam a superfície do espaço terrestre.

<sup>6</sup> Na expressão de José Hermano SARAIVA (1993), *História de Portugal*, Mem Martins, Publicações Europa-América, p. 247, foi essa instituição que “(...) renovou no nosso país os métodos de investigação histórica e produziu as primeiras obras de carácter científico fundadas em documentos”.

<sup>7</sup> A autora apresenta em anexo os respectivos inquéritos no âmbito da “Collecção dos Documentos, Estatutos, e Memórias da Academia Real da História Portuguesa”.

<sup>8</sup> Extractos de texto transcritos do inquérito original existente no Arquivo da Universidade de Coimbra (A.U.C.), documento que reproduzimos (na versão setecentista) no tópico seguinte.

<sup>9</sup> Sobre o que resta da colecção original das *Informações Paroquiais de 1721* veja-se A. G. da Rocha MADAÍL (1934), “Novas fontes de história local portuguesa. As informações paroquiais da diocese de Coimbra pedidas pela Academia Real da História em 1721”, *Biblos*, Coimbra, vol. x, pp. 602-605.

<sup>10</sup> Segundo A. G. da Rocha MADAÍL, *op. cit.*, p. 598, eles haviam sido comissionados pelo Cabido para remeter à aludida Academia as informações paroquiais.

<sup>11</sup> A prossecução deste objectivo contou com a preciosa colaboração do Senhor Dr. José Alberto Matos da Silva, insigne Director da Biblioteca Municipal da Lousã. A constante atenção e a amabilidade que sempre nos dispensa merecem-nos os mais rasgados elogios e o tributo do nosso mais profundo agradecimento.

tigo periódico lousanense “O Povo da Lousã”, Augusto Cid e Belisário Pimenta, referente ao conteúdo das *Informações Paroquiais* tal como as encontraram nas *Notícias das Igrejas do Bispado de Coimbra*.

Manuel Lopes Serra, prior da Lousã, foi ele que, a 30 de Maio de 1721, prestou as informações destinadas à Academia Real da História.

Após assinalar que a igreja paroquial da Lousã é colegiada com quatro benefícios simples, o informador destrinça as ermidas do povo, em número de onze, a saber: São João Baptista, erigida na “escarpa” fronteira ao castelo de Arouce, e sobranceira à Ribeira de São João; São Tomé, em Ceira; Santo António, no Cimo de Vila; São Lourenço, na Silveira; Nossa Senhora da Piedade, coroando o promontório, sobre a ermida de São João; Nossa Senhora da Nazaré, na Favariça; Nossa Senhora da Graça, junto da entrada ocidental da Vila; Santa Luzia, nas Fontainhas; São Tomás, em Cova do Lobo; Nossa Senhora dos Remédios [(Vale de Nogueira?), (Catarredor?)], e a de Nossa Senhora das Precês, cuja localização desconhecemos.

Depois de prestar interessantes esclarecimentos a respeito das capelas instituídas na freguesia da Lousã, algumas das quais anexas ao antigo templo lousanense<sup>12</sup>, o reverendo Lopes Serra informa que a freguesia de São Silvestre da Lousã tem “perto de seiscentos fogos”, e uma casa da misericórdia com sua irmandade, cuja fundação desconhece em rigor.

Esta estimativa da população refere-se efectivamente ao número de fogos e não ao número de fregueses tal como determinava o inquérito remetido pelo cabido da cidade de Coimbra<sup>13</sup>.

Admitindo, no campo das hipóteses, que o indicador acima referido fosse traduzido por fregueses, então a estimativa demográfica para o conjunto territorial da freguesia de São Silvestre resultaria bastante “desfocada” por defeito. Mesmo que o aludido indicador correspondesse apenas às “almas urbanas” – residentes no aglomerado principal da freguesia, a Vila –, não deixaria de significar um ligeiro decréscimo relativamente à conversão demográfica do registo<sup>14</sup> estampado no *Numeramento de 1527*.

A evolução da população e do povoamento lousanense no período pré-censitário é marcada principalmente pelo aumento do número de lugares no concelho, com a respectiva tradução demográfica, sem que o ritmo de crescimento efectivo da população “urbana” (residente na vila) seja significativo e consiga acompanhar de perto o primeiro, pelo contrário, apenas recentemente a vila arrebatava para si uma significativa expressão demográfica em relação ao sistema dos lugares que enreda no seu termo, retomando de certa maneira a importância demográfica que assumiu em quinhentos, e elevando a freguesia de São Silvestre, parcialmente de feição “urbana”, para uma liderança ainda mais forte na concentração da população e dos fogos, embora sem olvidar os ajustes administrativos entretanto ocorridos e as suas consequências neste domínio, assim como outras imagens geográficas decorrentes das mutações sociais, económicas, políticas e culturais, dentre as quais destacamos as morfológicas e as funcionais.

Fixando-nos no conceito de fogo, o valor estimado pelo pároco ajusta-se de forma mais correcta ao território delimitado pela freguesia de São Silvestre da Lousã.

Embora sem conseguirmos avaliar com precisão a eventual diferença emergente da evolução da dimensão média da família nesse período, o referido indicador é sinónimo de acréscimo quantitativo relativamente a 1527, uma vez que esse valor (600) é superior ao total expresso para a vila e o seu termo dois séculos antes, isto é, em 1721, uma única freguesia concentra maior número de fogos, do que, em 1527, o somatório dos “moradores” de todos os lugares do concelho<sup>15</sup> fenómeno que se justifica essencialmente pelo acréscimo do número de lugares em todo o concelho e a correspondente expressão demográfica com evidente repercussão ao nível das freguesias, como acima notámos. Permitam-nos recuar no tempo.

O *Numeramento de 1527*<sup>16</sup>, desencadeado por uma carta circular dirigida por D. João III a cada um dos corregedores das seis comarcas em que o reino então se dividia, não relaciona os lugares com as freguesias paroquiais, embora nos pareça de admitir a existência (pelo menos) parcial destas últimas nessa época.

<sup>12</sup> A sua demolição, no último quartel de oitocentos, enquadrou a primeira renovação urbana lousanense, de que resultou a construção da nova igreja matriz (cujas obras principais decorreram entre 1873 e 1882, mas somente no alvor dos anos 20 o templo seria coroado com uma elegante torre sineira), o alargamento da praça do município e também a destruição das lápides funerárias armoriadas e de outros elementos de arte que adornavam as capelas particulares (edificadas nos seus flancos), na expressão de Álvaro Viana de LEMOS (1950), *A Lousã e o seu Concelho*, Imprensa de Coimbra, p. 65, um “(...) vandalismo que privou a Lousã de alguns elementos valiosos de arte e de estudo (...)”.

<sup>13</sup> A este respeito, Joaquim CARVALHO e José Pedro PAIVA (1989), “A diocese de Coimbra no século XVIII. População, oragos, padroados e títulos dos párocos”, *Revista de História e Teoria da Ideias*, Coimbra, vol. II, p. 191, assinalam a alternância dos termos almas e fogos nas respostas no conjunto das 328 paróquias da Diocese de Coimbra.

<sup>14</sup> Neste caso, 163 “moradores”. Corroborando a opinião de Suzanne DAVEAU (1988), “Contribuição para uma colectânea de antigas descrições

geográficas da Lousã”, in *Jornadas de Cultura e Turismo (16-17 de Julho de 1988). Comemoração do 150.º Aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã (1838-1988)*, Lousã, BML/CML, p. 97, admitimos que a cada morador (entenda-se chefe de família) correspondesse, em média, quatro habitantes, taxa de conversão que resultaria em “(...) cerca de 650 habitantes na própria vila (...)”.

<sup>15</sup> O valor acumulado atinente ao município da Lousã perfaz 528 “moradores” e não 525 como por lapso se indica, não sendo de excluir que o erro possa existir ao nível da distribuição parcelar dos “moradores” por lugar, cenário que também não poupou o antigo concelho de Serpins.

<sup>16</sup> As “Actas da Comarca da Beira”, conjuntamente com as “Actas Damtre Tejo e Odiana”, foram publicadas, sob o título “Cadastro da População do Reino (1527)”, por João Telo de Magalhães COLAÇO (1934), na *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Lisboa, Ano II, a páginas 28-243. As vilas de Serpins e da Lousã estão inventariadas nas páginas 224-225.

Na tentativa de estabelecer essa correspondência entendemos pertinente esboçar o cenário da possível distribuição dos “moradores” pelas freguesias. Assim na freguesia da Lousã coligimos 103 “moradores” nos lugares do seu termo, a que se acrescem mais 163 “moradores” na vila, o que perfaz 266 “moradores”; em Vilarinho, 137 “moradores”; em Foz de Arouce, 85 “moradores”, e em Rio de Vide, 38 “moradores”. Não distribuimos os 11 “moradores” computados para a “serra” bem como os dois relativos ao topónimo “ffaramdo”, cuja localização desconhecemos. A vila de Serpins e o seu termo contava então 116 “moradores”. Casal de Ermio não faz parte da relação inscrita no *Cadastró* quinhentista.

Tomando como referencial da análise os valores relativos de cada freguesia e o corresponde peso no conjunto do concelho, é possível estabelecer, para essa época, a seguinte hierarquia (em valores relativos aproximados): Lousã (51%), Vilarinho (26%), Foz de Arouce (16%), Rio de Vide (7%). Considerando, por hipótese, a freguesia de Serpins integrada no termo do município lousanense, como aconteceu em parte desde 1836, então o conjunto sofre pequenos ajustes: Lousã (42%), Vilarinho (21%), Serpins (18%), Foz de Arouce (13%), Rio de Vide (6%).

Embora em plano secundário, Foz de Arouce e Vilarinho eram então os aglomerados populacionais mais importantes do termo da vila da Lousã, contando cada um cerca de 190 habitantes, não sem relação com o facto de cada qual constituir a sede de uma freguesia paroquial que deles tomou o nome por empréstimo. A povoação de Rio de Vide, sede da outra freguesia paroquial, no termo ocidental da Lousã, na vizinhança do município mirandense e do Couto de Semide, devota do apóstolo Santiago, despertava menos desenvolta no domínio demográfico neste segundo quartel de quinhentos, não ultrapassando os 84 habitantes.

De igual modo, existiam cerca de 464 habitantes no termo de Serpins, e aproximadamente 100 habitantes na vila, o que efectivamente mesmo nessa época não era muito significativo, mas mesmo assim voltamos apenas a encontrar referência à vila de Serpins nesses termos demográficos bem perto dos nossos dias, depois de outros factores terem sido intervenientes privilegiados nesse processo evolutivo.

Este acréscimo do número de fogos entre os dois marcos temporais não deixará de significar um correspondente aumento demográfico, pelo menos desde o alvor do século XVIII. Embora as produções locais representem externalidades face às *Informações Paroquiais de 1721*, uma vez que o inquérito foi talhado na estreita fieira dos objectivos da história sacra e não da história secular, parece-nos de admitir que o milho grosso já então deveria ter alguma importância na fileira das produções agrícolas e no quadro dos cereais panificáveis, e em meados da centúria, pelo menos, assumiria lugar destacado nesses domínios, como se pode averiguar da leitura das informa-

ções paroquiais de 1758<sup>17</sup>. Associado a outros produtos, nomeadamente o feijão, não deixa de ser cúmplice desse surto demográfico e de povoamento, e de outras profundas alterações na organização do espaço rural. Esta tese foi defendida pela Prof.<sup>a</sup> Fernanda CRAVIDÃO (1988, pp. 61-62) no excelente estudo que dedicou à Gândara. A conceituada investigadora do Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras de Coimbra, corroborando as opiniões de ORLANDO RIBEIRO e A. de OLIVEIRA MARQUES, advoga que a “Revolução do Milho” é o facto fundamental que poderá explicar, de certo modo, a alteração demográfica operada” no século XVIII, após a relativa estagnação demográfica operada no período que medeia entre o *Numeramento de 1527* e o *Censo Filipino de 1640*. “A introdução do milho grosso veio pôr fim às sucessivas e cíclicas crises dos cereais, responsáveis em grande parte pelas oscilações no ritmo de crescimento da população”.

Este quadro evolutivo, com diferenças de pormenor, é retratado nas restantes *Informações Paroquiais* originais.

Relativamente a Vilarinho, o prior Sebastião Lopes de Miranda assinala 256 fogos e 800 fregueses de confissão e comunhão, e apenas 94 de confissão, cenário diferenciado em relação a 1527, quando foram registados 137 “moradores”, cerca de 550 habitantes. Sobre esta freguesia que agrupa lugares de povoamento muito antigo, e já importantes no quadro do *Cadastró da População (1527)*, deixou o padre António CARVALHO DA COSTA estimativa demográfica menos fiável<sup>18</sup>.

De Serpins nos dá conta o respectivo prior, Manuel da Fonseca e Andrade; referenciando claramente a fonte de informação para a estimativa dos fregueses (o rol dos confessados), o pároco assinala 887 fregueses maiores de comunhão e 47 menores.

De Rio de Vide, freguesia enraizada nas colinas sedimentares e na proximidade da bordadura do Maciço Marginal de Coimbra que baliza o limite ocidental da Bacia da Lousã, assina a notícia coeva o cura José Dias Duarte. A estimativa global de 160 fregueses parece-nos pouco provável, pois isso significaria uma relativa estagnação demográfica; pelo contrário, ela deve reportar-se aos fogos para o conjunto da freguesia, e com menos probabilidade à população da sede da freguesia.

<sup>17</sup> A este propósito veja-se Maria José Mexia Bigotte CHORÃO (1988), “Inventário da Lousã nos meados do século XVIII”, in *Jornadas de Cultura e Turismo (16-17 de Julho de 1988). Comemoração do 150.º Aniversário da 1.ª Viagem Turística e Cultural à Serra da Lousã (1838-1988)*, Lousã, BML/CML, pp. 131-153.

<sup>18</sup> Na expressão inscrita na *Corografia Portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares (...)*, Lisboa, Officina de Valentim da Costa Deslandes, 2.ª ed., 1868, tomo II, p. 63, “Villarinho da Louzã tem sessenta visinhos (...)”, referindo-se talvez apenas ao lugar sede da freguesia. A falta de esclarecimento no tocante às fontes utilizadas e às metodologias adoptadas pelo autor, minam, no entanto, a credibilidade de parte significativa desta obra.

A análise geográfica da população e da estrutura do povoamento é particularmente favorecida neste caso em resultado do conhecimento actual do conteúdo diferenciado das informações prestadas quer pelo pároco quer pelo município lousanense, divergência explicada pelas diferenças nas orientações de base ao nível dos respectivos inquéritos<sup>19</sup>.

No preâmbulo do extracto que foi enviado pelo município, na versão existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, publicado por Belisário PIMENTA (no periódico “O Povo da Lousã”, n.º 1277, 12712/1959, p. 4) dá-se conta que a freguesia de Rio de Vide estava implantada em “(...) um campinho que está entre os montes logo por baixo do Sr. da Serra o qual é foreiro e raçoeiro ao hospital de S. Lázaro extra-muros da cidade de Coimbra (...)”.

Rio de Vide, sede da freguesia paroquial, com igreja matriz – cujo orago é o Apóstolo Santiago –, e três ermidas (dedicadas a Vera Cruz, São Sebastião e Santa Maria Madalena), apresentava então trinta e seis vizinhos (fogos), estimativa superior aos 21 “moradores” assinalados no *Cadastro de 1527*.

No derradeiro lustro do primeiro quartel de setecentos, para além da sede da freguesia de Rio de Vide, foram assinalados os seguintes lugares no seu termo: Pedreira (18 “visinhos”, e uma ermida em honra de Nossa Senhora da Nazaré); Casal do Fato (3 “visinhos”); Póvoa (8 “visinhos”); Casal das Córtes (6 “visinhos”); Vidual (35 “visinhos”); “seis engenhos de azeite e pão”, e uma ermida de São Mateus); Pisão (8 “visinhos”), Vale da Silva (13 “visinhos”); uma ermida dedicada a Santo António) e, finalmente, Gaiate, “último lugar do dito campinho da freguesia de Rio de Vide”, embora não seja possível – através desta fonte – discriminar o seu número de “visinhos”, pois segundo nota de rodapé, impressa no artigo assinado pelo tradutor, “um borrão de tinta não deixou ver o algarismo”.

Em suma, segundo esta fonte, o somatório dos “visinhos” dos lugares do termo de Rio de Vide ultrapassa seguramente a fasquia dos 130, indicador esse que representa mais de três vezes o quantitativo referenciado em 1527.

De entre os lugares arrolados em 1721, Gaiate, Rio de Vide, Córtes, Pedreira e Vidual já existiam (ou pelo menos foram contabilizados como tal) em 1527. Os restantes lugares entretanto assinalados: Casal do Fato, Póvoa, Vale da Silva, Pisão, não foram referenciados no citado *Numeramento*. A exclusão do lugar de Vale da Carreira – registado em 1527 –, nas *Informações Paroquiais de 1721*, pode resultar da sua agregação geográfica ao Vidual.

É este acréscimo dos lugares do termo de Rio de Vide e a correspondente expressão demográfica, comparativa-

mente aos registos efectuados no *Numeramento de 1527*, que explica grande parte o acréscimo demográfico (fogos e população) no conjunto da freguesia, superando e “ensombrando” assim o contributo – posto que bastante positivo – advindo do acréscimo populacional da sede da freguesia.

Relativamente a Casal de Ermio e a Foz de Arouce, apenas o recurso a informações de segunda ordem permite colmatar a lacuna assinalada.

Casal de Ermio apresentava então 48 fregueses. Não obstante constituir a primeira estimativa demográfica, parece-nos “desfocada” por defeito, o que nos leva a admitir tratar-se efectivamente de fogos, cenário que não deixa de encontrar alguma justificação nas estimativas demográficas posteriores.

A freguesia paroquial de Foz de Arouce apresentava nessa época “(...) 622 freguezes de Sacramento”, registo que se coaduna com os anteriores, assinalando-se, para além da igreja que “he vigayraria”, três capelas e cinco ermidas, implantadas de um modo geral em lugares cuja existência é conhecida pelo menos desde 1527. Relativamente à organização religiosa são fornecidas interessantes notícias.

### 3. INQUÉRITO DE 1721

“Nos Deão, Dignidades, Canegos, & Cabbido Sede Episcopali Vacante desta Cidade, & Bispado de Coimbra, &c. Fazemos saber aos Reverendos Piores, Reytores, Vigarios, & Curas annuaes nossos subditos, a cada hu dos quaes a presente for remetida, & apresentada, pella pessoa que levar o Rol dos confessados, ou por qualquer outra via, q. sua Magestade, q. Deos guarde, he servido, recommendarnos cõ toda a brevidade hajamos de enviar à Cidade de Lisboa Occidental as noticias seguintes.

Quantas Capellas, ou Ermidas ha nessa freguesia, quaes são do Povo, & quaes de Instituhidores particulares, & estes como se chamavão, ou chamão, se algua he frequentada de concurso de gente, por ser a Imagem milagrosa.

Se na Igreja da freguesia, ou Capellas ha algua reliquia insigne de que Santo, ou Santa, & se tem authentica certidão de Roma.

Que numero de freguezes tem a freguesia, q. Mosteiros, se ha Casa de Misericordia; Hospitaes, ou Recolhimetos, em q. anno forão fundados, & por quem.

Os letereiros de todas as Sepulturas, & Capellas, & Armas que tem.

Todas as memorias antigas q. ouver no Cartorio da Igreja de quaesquer perogativas q. lhe fossem concedidas, ou succedidas.

Que os Reverendos Parochos das Collegiadas declarem o numero dos Beneficios, quem os apresenta, & se hà Coadjutores.

Quantos livros ha de baptizados, cazados, & defuntos em que anno principiarão, incluindo os que de presente servem.

<sup>19</sup> A respeito do interrogatório destinado aos municípios veja-se Maria José Mexia Bigotte CHORÃO (1987), “Inquéritos promovidos pela coroa no século XVIII”, *Revista de História Económica e Social*, 21, pp. 129-130.

Se ha memoria de algum Varão insigne que natural fosse da dita freguesia, assinalado em virtudes, ou letras.

E para se satisfazer com a dita recomendação, mandamos ao Reverendo Parocho, ou a quem suas vezes fiser, q. tanto q. esta lhe for entregue, sobpena de quatro mil reis, pagos do Aljube, faça em termo de quinze dias toda a diligencia para averiguar as notícias insinuadas nesta Ordem, declarando por escrito, bem distintamente, o q. a cada hum dos Interrogatorios pertence, sem interpolação: & dado caso, q. encontre com letras Goticas, & antigas, & não haja pessoas, q. as saibão ler, darão esta conta na informação q. fizerem, para á vista della, se mandar pessoa q. a lea, quando a noticia q. se dêr o pedir; & succedendo não achar noticias q. dar a algu dos ditos interrogatorios, o declare no mesmo lugar insinuado; & feita esta deligencia, do q. ouver, & achar no estado, & ser q. for, dará o Reverendo Parocho sua informação, q. fará, ou mädará fazer, & por elle será jurada in *verbo Sacerdotis*, & assinada, & a mandarà entregar ao Escrivão da camera do Bispado por pessoa segura dentro de mais cinco dias, além dos quinze, q. se lhe dão para alcñar as noticias, & fazer a informação, tudo debaixo da mesma pema. Dada em Coimbra sob o sinal sômete do Reverendo Doutor Mauricio Sarayva da Costa nosso Provisor, aos 18 de Abril de 1721, annos. Frâncisco Maciel Malheiro Escrivão da Camera Ecclesiastica a fiz.

Mauricio Sarayva da Costa

Ordem para o Reverendo Parocho a q. for apresentada fazer a deligencia q. nella se declara”<sup>20</sup>.

### 3.1 Lousã

“Reverendo Manuel Lopes Serra, prior da colegiada de São Silvestre da vila da Lousã, bispado de Coimbra, satisfazendo a ordem do Muito Reverendo Doutor Maurício Saraiva da Costa, provisor deste bispado.

Declaro que esta igreja é colegiada e tem quatro benefícios simples cuja (...) assim da igreja como dos benefícios é da sereníssima Casa de Aveiro.

Tem esta freguesia onze ermidas do povo a saber: uma de São João Baptista; de São Tomé; São Tomás; Santo António; São Lourenço; Nossa Senhora da Piedade; Nossa Senhora da Nazaré; Nossa Senhora da Graça; Nossa Senhora dos Remédios; Nossa Senhora das Preces; Santa Luzia; e estas ermidas estão divididas por toda a freguesia.

Dentro da igreja está uma capela da Senhora da Conceição de que é administrador Álvaro Serra Velho da cidade de Coimbra e tem suas armas sobre o arco da dita capela com seu letreiro que por estar já apagadas as letras

se não pode ler só as primeiras letras; dizem fora instituída a dita capela por Adrião Dias, cidadão da vila de Penela.

Há outra capela de Jesus mista na capela maior da mesma igreja para onde tem grades e serventia, da qual é administrador António Luís de Melo da cidade de Coimbra, a qual capela foi instituída pelo padre João de Cáceres de Melo, natural desta vila, e tem suas armas, o qual padre viveu uma vida muito exemplar, e por se tirar da comunicação do mundo se retirou por muitos anos para um deserto onde chamam a ribeira de São João e entre uns montes nessa ribeira edificou uma ermida que hoje está arruinada, onde viveu por muitos anos e depois por instância de seus parentes se recolheu ao seu antigo domicílio que tinha nesta vila onde faleceu com grave opinião, e mandou por sobre a sepultura que tem na dita capela este epítome: *Vita honesta – facultas certa – domus quieta – dona Caelestia*, e na dita capela deixou duas missas cada semana para sempre e nem consta da era em que fossem instituídas nenhuma das sobreditas capelas. Há na dita igreja outra capela do Santíssimo com sua irmandade erigida por autoridade prelado, que se diz fora instituída a dita capela pelo sobredito padre, e nenhuma das sobreditas ermidas e capelas é frequentada de concurso de gente excepto no dia de cada uma, nem tem imagem milagrosa a que haja de concorrer muito concurso de gente.

Há outra capela em uma quinta próxima à dita vila de que é administrador António Monteiro da Mota, que foi instituída há poucos anos por seus tios o padre Gaspar Monteiro da Mota e João Rebelo da Mota.

E não há nesta igreja nem capelas e ermidas da freguesia relíquia alguma insigne.

Tem esta freguesia perto de seiscentos fogos; nela não há mosteiro algum nem recolhimentos; há sim casa de misericórdia com sua irmandade que por ser antiga nem consta do tempo em que fosse erigida nem por quem.

As sepulturas que há na igreja de pessoas particulares, é uma na capela maior que tem suas armas com o letreiro seguinte: Aqui jaz D. Inês de Góis, mulher que foi de Pedro Machado que os mouros mataram quando o Sr. Infante D. Fernando passou em África; foram senhores desta vila e terra e as mais letras se não declaram.

Outra ao pé dos degraus da dita capela maior com suas armas e letreiro seguinte: Sepultura de Melchior Henriques Arnaut, cavaleiro da Ordem de Santiago, alcaide maior da vila de Sesimbra e natural desta, e de sua mulher D. Maria da Conceição (?) e de seus herdeiros.

Outra sepultura ao pé com suas armas de que era Senhor Bartolomeu da Costa Mesquita, natural desta vila e hoje é de sua filha D. Bernarda Antónia de Mesquita, e por estar gasto o letreiro dela se não sabe ler.

Há outra sepultura na dita igreja dentro digo da parte de dentro da porta travessa da igreja com suas armas e o letreiro seguinte: aqui jaz D. Catarina Freire filha do(?) João Freire de Andrade natural desta vila, e Luísa Cardoso Castelo Branco primeira mulher que foi de seu (...) neto João Freire de Andrade, cuja sepultura é sua perpétua e

<sup>20</sup> Transcrição do Inquérito remetido pelo Cabido de Coimbra aos respectivos súbditos paroquianos, que serviu de base às informações paroquiais por eles recolhidas no ano de 1721. Encontra-se apenso a várias das respostas guardadas no Arquivo da Universidade de Coimbra.

dela é hoje Senhor Francisco Coelho de Melgar da cidade de Lisboa. E não há mais sepulturas particulares que constem por letreiros ou armas.

No cartório da igreja não há memórias antigas que lhe fossem concedidas ou sucedidas.

Os livros dos baptizados que há nesta igreja são dez; o primeiro principiou em o ano de 1588 e findou no ano de 1600; o segundo principiou em 1600, e findou em 1621; o terceiro principiou em 1621 e findou em 1639; o quarto principiou em 1639, e findou em 1651; o quinto principiou em 1654 e findou em 1663; o sexto principiou em 1663 e findou em 1677; o sétimo principiou em 1677 e findou em 1701; o oitavo principiou em 1701 e findou em 1715; o nono principiou em 1715 até o presente, e declaro que não são senão nove livros.

Os livros de defuntos são seis: o primeiro principiou em 1579 e findou em 1590; o segundo principiou em 1600 (por o livro antecedente lhe faltarem no fim alguns cadernos) e findou em 1662; o terceiro principiou em 1622 e findou em 1659; o quarto principiou em 1659, e findou em 1670; o 5.º principiou em 1670 e findou em 1704; e o que de presente serve principiou em 1704.

Os livros dos recebimentos são três: o primeiro principiou em 1623 e findou em 1660; o segundo principiou em 1660 e findou em 1671; e o que de presente serve principiou em 1671; e não há livros mais antigos nesta Igreja por se dizer que se queimaram com um incêndio que houve em casa do pároco.

Não há memória alguma nesta freguesia de que houvesse varão insigne em letras ou virtudes excepto o dito padre João de Cáceres de Melo de que assim se faz menção e para satisfação dessa ordem não tenho nem sei mais notícias (?) algumas que haja de dar em verdade de que passei esta que juro *in verbo sacerdotis*.

Lousã, 30 de Maio de 1721

Manuel Lopes Serra” (A.U.C., 1721a).

### 3.2 Rio de Vide

“Satisfazendo a ordem que me foi entregue com o rol dos confessados respondo: tem esta freguesia de Santiago de Rio de Vide duas capelas, quatro do povo e uma do padre Bernardo Seco, a qual está o dito padre obrigado [a] reparar e paramentar e nenhuma é frequentada de concurso de gente.

Não há na dita igreja nem nas capelas da dita freguesia relíquia alguma insigne de santo ou santa.

Tem esta freguesia 160 fregueses casados, viúvos e viúvas. Mosteiros não tem nenhum, nem casa de misericórdia, hospitais, nem recolhimentos.

Não tem a dita igreja sepulturas de pedra nem capelas, nem armas, nem memórias antigas que haja no cartório da dita igreja de nenhuma prerrogativa que lhe fosse concedida.

Não é esta igreja colegiada, antes é anexa à de S. Miguel do lugar de Foz de Arouce.

Os livros que há de baptizados são cinco, um deles que começou em 24 de Julho de 1699 é também de defuntos e casados; e outro que tem seu princípio em 10 de Dezembro de 1679 é também de defuntos; e outro que principiou em 2 de Maio de 1649 e serve também de casados e defuntos; e o quarto livro que serve tão somente de baptizados principiou em 17 de Março de 1694; e o quinto que agora serve de baptizados principiou em 2 de Março de 1713, e outrossim além de cinco livros acho outro que serviu de baptizados, casamentos e defuntos e que por ser tão antigo lhe faltam algumas folhas no princípio mas segundo dele vejo principiou no ano de 1599; mais um livro que serve dos recebimentos tão somente principiou em 20 de Março de 1709; mais outro livro de defuntos que principiou em 19 de Fevereiro de 1694.

Não há nesta freguesia memória alguma de varão insigne assinalado em virtudes nem em letras que natural fosse desta freguesia.

Isto é o que sei e acho nesta minha igreja e freguesia dela, que por assim passar na verdade mandei fazer esta em que me assinei (?) e juro em “verbo sacerdotis”.

Rio de Vide, de Junho 12, de 1721.

O (...) cura José Dias Duarte” (A.U.C., 1721b).

### 3.3. Serpins

“Manuel da Fonseca e Andrade, prior da paroquial igreja de Nossa Senhora do Socorro da vila de Serpins deste bispado de Coimbra, satisfazendo a ordem do Muito Senhor Reverendo Cabido da Santa Sé da dita cidade, que em meu poder fica; e pelo que respeita ao primeiro item da dita ordem digo que as capelas desta minha freguesia são as seguintes: na vila, a da Nossa Senhora da Graça, e outra do Santo Cristo; no lugar do Braçal, a capela de S. Lourenço; no lugar de Alveite, a de São Sebastião; no lugar da Ribeira do Conde, a de São José; no lugar do Pereiro, a de Santo Ovídio; no lugar de Santo Aleixo, a capela de Santo Aleixo; no lugar de Alcaide, a capela de Santo António; no lugar de Soutelo houve uma capela de São Pedro e por se arruinar veio para a matriz o glorioso Santo. Estas capelas todas são do povo; não têm fábrica alguma nem se acha memória que houvesse em algum tempo; mas são os moradores dos ditos lugares [que] as revisitam por elas se sacramentar os enfermos e por isso vão os ornamentos (...) com (?) o mais necessário à matriz. No lugar das Rodas há uma Capela de S. Francisco que se diz mandara fazer um clérigo chamado Simão de Morais, mas não consta lhe deixasse bens alguns para a fábrica, e hoje se administra dela os sacramentos aos moradores circunvizinhos que contribuem na forma das mais capelas, e nenhuma destas capelas é frequentada de concurso de gente.

E pelo que respeita ao segundo item digo que nesta igreja ou capelas referidas não há relíquia alguma.

Ao terceiro item que os fregueses desta igreja como é de ver do rol dos confessados são maiores de comunhão 887, e menores 47.

Não há mosteiros, hospitais, nem casas de misericórdia ou recolhimento nem memória de que os houvesse.

Ao quarto item que não há nesta igreja sepulturas, capelas, nem letreiros, nem armas, pelo que a resposta ao quinto item [digo] que não há nesta igreja memórias antigas, pois senão acha nela tomo ou cartório de sua criação e só os poderá haver no Real Mosteiro do Lorvão que é donatário desta igreja ou na câmara episcopal dessa cidade.

Ao sexto item digo que esta igreja e freguesia não é colegiada para que possa haver benefícios.

Ao sétimo item digo que se acham nesta igreja seis livros de baptizados, óbitos e casados; consta do mais antigo ter seu princípio na era de 1545 e o mais moderno consta findar-se na era de 1683, os quais todos e cada um deles se acham tão velhos, rotos e rasgados e misturados os assentos uns com os outros que se não pode resumir a número a continuação deles, e da sobredita era de 1585 para cá principiou um dividido em três partes. a primeira, dos baptizados, que findou em 1715; a seguinte dos casados que findou em 703; e a terceira dos óbitos que findou em 714; e daí para cá vão correndo dois livros, um dos casados e outro dos baptizados e óbitos.

Ao oitavo item não há memória nesta igreja houvesse algum varão assinalado em virtudes ou letras. Tudo o referido é o que achei nesta minha freguesia fazendo toda a diligência possível o que se afirma “in verbo sacerdotis”. Serpins, de Maio 19, Era de 1721.

Manuel da Fonseca e Andrade” (A.U.C., 1721c).

### 3.4. Vilarinho

“Em satisfação de uma ordem que em sete do corrente mês de Maio me foi entregue a juízo do Muito Reverendo Senhor Cabido *sede vacante* da cidade de Coimbra, eu Sebastião Lopes de Miranda, prior da paroquial igreja de São Pedro deste lugar de Vilarinho da vila da Lousã e bispado da dita cidade, informando-me com pessoas antigas e fidedignas e revendo as coisas que conduzem para a verdadeira informação que se me manda dar, achei segundo a ordem dos ministros em serem na mesma ordem o seguinte.

Em esta minha igreja não há mais que a capela maior que é dos párocos, e outra de Jesus que é do povo. As ermidas que há em a dita minha freguesia são as que se seguem: em este lugar de Vilarinho, a Ermida dos Físicos Santos, São Cosme e São Damião, e outra de São Domingos; em o lugar do Prilhão uma de São Bartolomeu; em o lugar do Boque, a de São Inácio; em o lugar da Rogela uma de Santo Amaro; em o lugar do Freixo uma de São Luís; em o lugar a que chamam do Espírito Santo uma ermida do mesmo Espírito Santo; em o lugar de Fiscal uma de S. Sebastião; em o lugar do Franco uma de Santo António; e todas estas ermidas são do povo sem em alguma delas certeza alguma de pessoa ou pessoas particulares; e apenas nos dias dos santos nomeados se diz em todas algumas missas sem haver encargo de gente por não haver nelas imagens de milagres manifestos.

Em esta igreja ou em alguma das preditas ermidas não há relíquia alguma insigne de santo ou santa, e por isso também não há certidão alguma autêntica de Roma.

Esta minha freguesia tem 256 fogos, e fregueses de confissão e comunhão 800, e somente de confissão 94.

Em ela não há mosteiro, casa de misericórdia, hospital ou recolhimento algum.

Em a capela maior desta minha igreja há uma sepultura com um letreiro de letra que parece gótica e se não sabe ler; há a dita sepultura dos párocos desta igreja.

E não há em a dita igreja cartório algum porque se conheça memórias antigas.

Esta minha igreja não é colegiada da apresentação do Senhor Reverendo Cabido e tendo um coadjutor para melhor expedição da administração dos sacramentos.

E um livro de baptizados que principiou em 1548; e outro que principiou em o ano de 1648; e outro que principiou em o ano de 1684; e outro que principiou em 1706, e o que de presente serve, que com os sobreditos faz cinco, e principiou em 1711 anos.

E um livro de casados que principiou em o ano de 1548; outro que principiou em o ano de 1645; outro que principiou em o ano de 1684; outro que principiou em o ano de 1711, digo 709, e o que de presente serve, que com os ditos são cinco, principiou em o ano de 1719.

E os dos defuntos, um que principiou em o ano de 1547; outro que principiou em o ano de 1646; outro que principiou em o ano de 1684; e com o que de presente serve, fazem quatro, que principiou em o ano de 1705.

E não há memória de varão algum que natural fosse desta freguesia assinalado em virtudes ou letras. E não me consta mais nem pude averiguar com mais industriação as coisas constantes aos interrogatórios na dita ordem especificados e por virtude desta como manda isso? “in verbo sacerdotis” ser verdade conforme referido e tendo assim como declarado é, por verdade de que tudo mandei passar a presente que assinei em osdezanove dias do mês de Maio de 1721 anos, e eu sobredito prior Sebastião Lopes de Miranda a fiz, escrevi, subscrevi, e a assinei dia “ut supra”.

Prior Sebastião Lopes de Miranda” (A.U.C., 1721d).

## 4. NOTÍCIAS DAS IGREJAS DO BISPADO DE COIMBRA

### 4.1. Casal de Ermio

“A igreja de Santo Antonio do Casal de Ermyo [he] curato annual.

Nesta freguezia ha huma Cappella de 11 missas que instituirá Marcos Alz Negrão e sua molher Inez Perera de Saa de que he Administrador Antonio Furtado.

Ha outra Cappella que instuirá Leonor Esteves com obrigação de sinco missas.

Tem esta freguezia 48 freguezes.

Ha tres Livros de batizados, cazados e defuntos. O 1.º do anno de 1565, o 2.º do anno de 1628, o 3.º do anno de 1651 que de presente serve" (Augusto CID, 1944a, p. 4).

#### 4.2. Foz de Arouce

"A Igreja de Sam Miguel de Foz de Arouce he Vigayraria.

Tem hua ermida de Sam Fructuozo no lugar de Framillo.

Outra no lugar da Marmeleyra de Sam Sebastião.

Outra de Santo Antão no lugar de Covellos.

Outra de N.ª S.ª que chamão da Pegada.

Outra de Santo Amaro no lugar da Foz do Arouce que todas são do Povo.

Na igreja Matris esta huma Capella do Espirito Santo que instituiu Antonio Rodrigues, aonde se acha um letreyro que dis: Capella que fez Antonio Rodrigues para si e para seus descendentes, na qual se diram quinze missas cada anno para sempre por sua tenção, para as quaes, e concerto della deixou a terça de todos os seus bens que por sua morte se acharem e tudo se cumprirá na forma do seu testamento anno de 1643 –.

No lugar da Marmeleyra está outra Capella do mesmo Instituidor com o seguinte letreiro: – Obra que mandou fazer Antonio Rodrigues natural da mui nobre, e sempre leal Villa da Louzã, anno do Senhor de 1627–.

No simo do lugar de Foz de Arouce se acha huma Cappella, que instituiu Francisco Jorge, e sua Molher Thomazia João com o seguinte letreiro:

– Esta obra mandou fazer Francisco Jorge, e molher Thomazia João anno de 1646 – e pedem hua Ave maria - e continua o letreiro – Esta obra reformou Manoel Secco Jorge, e sua molher Maria Secca Neto – anno de 1717 –.

Na dita Cappella do Espirito Santo esta hua sepultura com o seguinte letreiro – Aqui jaz o Padre Hyacinto Rodrigues Pinto – por sua alma, e tenção com sincoenta missas de tenção cada anno, anno de 1678 –.

Tem esta freguezia 622 freguezes de Sacramento.

Ha tres livros de Batizados, o 1.º do anno de 1611. O 2.º do anno de 1634, e 3.º do anno de 1683.

Ha um livro de Defuntos do anno de 1686. Ha outro de Cazados do anno de 698" (Idem, 1944b, p. 4).

#### 4.3. Lousã

"A igreja de Sam Silvestre da Villa da Louzã he Priorado.

He Collegiada, e tem 4 beneficios simples.

Tem honze Ermidas do Povo. A de Sam João Baptista, de Sam Thomé, de Sam Thomaz, de Santo António, de Sam Lourenço, de N. Sr.ª da Pied.e, a de N. Sr.ª da Nazareth, a de N. Senhora da Graça e de N. Sr.ª das Preces, a de Santa Luzia.

Ha huma Cappella de Jesus mixta na Cappella mor desta Igreja de que he Administrador António Luis de Mello da Cidade de Coimbra, que instituiu o Padre João de

Carçeres de Mello natural desta freguesia, o qual viveo huma vida muito exemplar, e por se tirar da comunicação do Mundo se retirou por muitos annos para hum dezerto, aonde chamão a Ribeyra de Sam João e entre huns montes dessa Ribeyra edificou huma Ermida que hoje está arruinada, aonde viveo por muitos annos, e ao dipois ã instancia de seus parentes se recolheo ao seu antigo domicílio que tinha nesta Villa, aonde faleçeo com grande opinião e mandou pôr sobre a sepultura este epitafio = Vita honesta = facultas certa = domus quieta = dona coelestia=.

Na quinta de Antonio Monteiro de Motta ha huma Cappella que administra o mesmo e della foi administrador e instituidor seu Tio o Padre Gaspar Monteiro da Motta.

Tem esta freguesia seis centos fogos.

Tem Casa de Mizericordia com sua Irmandade e do tempo da sua ereção não consta.

Na Igreja está huma sepultura com o seguinte epitafio:

Aqui jaz D. Ighes de Goes molher que foy de Pedro Machado que os Mouros matarão quando o Senhor Infante D. Fernando pasou em África, forão Senhores desta Villa.

Ha dez Livros de batizados, o 1.º do ano de 1588. O 2.º do anno de 1600. O 3.º do anno de 1621. O 4.º do anno de 1639. O 5.º do anno de 1651. O 6.º do anno de 1653. O 7.º do anno de 1677. O 8.º do anno de 1701. O 9.º do anno de 1715, e o último que desde então athe o presente serve.

Tem 6 livros de Defuntos. O 1.º do anno de 1579. O 2.º do anno de 1590. O 3.º do anno de 1600. O 4.º do anno de 1622. O 5.º do anno de 1659. O 6.º do anno de 1670.

Tem trez livros de Cazados, o 1.º do anno de 1623. O 2.º do ano de 1660. O 3.º do anno de 1671" (Idem, 1944c, pp. 1 e 3).

#### 4.4 Rio de Vide

"Há neste termo um campinho que está entre montes logo por baixo do Sr. da Serra, o qual é foreiro e raçoeiro ao hospital de S. Lázaro extra-muros da cidade de Coimbra o qual conta de uma freguesia que tem em si os lugares seguintes:

"Rio de Vide está situado em um alto do dito campinho e ao pé do monte do dito Sr. da Serra que tem trinta e seis visinhos. Há no dito lugar uma igreja matriz cujo oráculo é o Apóstolo Santiago e tem seu cura. E no fim do dito lugar é a ermida da Vera Cruz à qual se faz festa todos os anos e se dá um bodo e no pé da dita ermida está a fonte do lugar. E há no meio do mesmo lugar uma ermida de S. Sebastião feita há poucos anos muito bem armada e debaixo do altar está Cristo morto em uma cama e as três Marias ao pé e os mártires. Há na ilharga do mesmo lugar para o norte, outra ermida que é de Santa Maria Madalena.

"Pedreira está situada em um alto e tem dezoito visinhos e uma ermida de N.ª S.ª. da Nazaré da qual se administram os sacramentos aos enfermos do lugar e dos lugares circunvisinhos.

“Casal do Fato está situado em um cabeço ao pé de uma serra e tem três vizinhos.

“Póvoa está situada sobre outro cabeço ao pé da mesma serra e tem oito vizinhos.

“Casal das Córtes está situado no meio do dito campinho e tem seis vizinhos.

“Vidual está situado na borda do dito campinho ao pé dos montes e tem trinta e cinco vizinhos ao pé dele vai um regato de água com que movem seis engenhos de azeite e pão e no cimo do dito lugar há uma ermida de São Mateus da qual se administram os sacramentos aos enfermos do lugar.

“Pisão está situado em um alto ao pé de dito ribeiro e dos montes e tem oito vizinhos.

“Vale da Silva tem treze vizinhos está situado num cabeço ao pé de uns montes e há ao pé do dito lugar uma ermida de Santo António que serve para dela se administrarem os sacramentos aos enfermos do dito lugar e dos lugares vizinhos.

“Guaiate (sic) está situado em um baixo ao pé do ribeiro sobredito e tem . . . (1) vizinhos e é o último lugar do dito campinho da freguesia de Ridevide (sic).

Igreja de Ridevide:

“Há na dita igreja as confrarias seguintes:

“Uma do Santíssimo Sacramento que tem irmandade que acompanha na Semana Santa e nos dias das festas e quando sai aos enfermos cujo rendimento se gasta com a cera em duas festas que lhe fazem os mordomos que se elegem cada ano.

“Outra da Senhora do Rosário que também tem irmandade e capelão que diz pelos irmãos três missas cada semana e nos domingos e dias santos para o que dá cada irmão ao capelão cada ano meio alqueire de trigo e um almude de vinho e os mordomos que cada ano se elegem fazem a festa à dita Senhora.

“Há outra confraria de Santiago que é o orago da dita igreja que tem confrades que lhe fazem a festa cada ano.

“Há outra do nome de Jesus que tem confrades que lhe fazem a festa cada ano.

Esta parte da lista da Louzã relativa a Rio de Vide está inscrita a fols. 104 v.º até 108 v.º do mencionado códice.

(1) *Um borrão de tinta não deixou ver o algarismo*” (Belisário PIMENTA, 1959, p. 4)<sup>21</sup>.

#### 4.5 Serpins

“A igreja de Nossa Senhora do Socorro da Vila de Serpins que he Reytoria.

Tem esta freguezia 8 Cappelas todas do Povo.

A 1.ª he de N.ª S.ª da Graça dentro desta Villa.

A 2.ª he do Santo Christo na mesma villa.

A 3.ª he de Sam Lourenço no lugar do Barassal.

A 4.ª he de Sam Sebastião no lugar do Alveite.

A 5.ª he de Sam Joseph na Ribeyra do Conde.

A 6.ª he de Santo Ouvido no lugar do Pereiro.

A 7.ª he de Santo Aleixo no lugar do santo.

A 8.ª he de Santo Antonio no lugar de Alcaide.

No lugar de Soutello houve huma Cappella de Sam Pedro, e por se arruinar veyo p.ª a Matriz.

No lugar das Rodas ha huma Cappella de Sam Francisco que dizem instituir o Padre Simão de Moraes mas não consta que deixase bens alguns e hoje serve de se administrarem dela os sacramentos aos moradores cincumvizinhos.

Ha nesta freguesia 1034 freguezes de Sacramento.

Ha seis livros de Batizados, Defuntos e Casados. O 1.º do anno de 1545 e o mais moderno findou no anno de 1685 deste anno para cá principiou hum dividido em 3 partes, a 1.ª dos batizados que findou em 715. A 2.ª dos Cazados que findou em 703. A 3.ª dos defuntos que findou em 714” (Augusto CID, 1945, p. 4).

#### 4.6. Vilarinho da Lousã

“A Igreja de Sam Pedro de Vilarinho da Louzã que he Priorado.

Ha neste mesmo logar a Ermida dos Phisicos Santos, Sam Cosme e Sam Damião e outra de Sam Domingos.

No lugar do Pere-lhão huma de Sam Bertolameu. No lugar do Boque a de Santo Ignácio. No lugar da Rogéla huma de Santo Amaro. No lugar do Freixo huma de sam Luiz. No lugar a que chamão do Espirito Santo hua ermida do mesmo Espirito-Santo. Em o lugar do Fiscal huma de São Sebastiam; em o lugar de Franco huma de Santo Antonio ; e todas estas ermidas são do Povo e para das mesmas se administrarem os Sacramentos.

Tem esta freguezia 256 fogos e 800 freguezes de confição e sacramento da Comunhão.

Ha sinco Livros de Batizados, o 1.º do anno de 1548. O 2.º do anno de 1648, o 3.º do anno de 1684 e o 4.º do anno de 1706, o 5.º que de presente serve, principiou em 1711.

Ha sinco livros de Cazados, o do anno de 1548, o 2.º do anno de 1645, o 3.º do anno de 1684, o 4.º do anno de 1709 e o 5.º q. de presente do ano de 1719.

Ha 4 livros de Defuntos, o 1.º he do anno de 1547, o 2.º do anno de 1646, o 3.º he do anno de 1684, o 4.º que de presente serve he do anno de 1705” (Idem, 1944a, p. 4).

## BIBLIOGRAFIA

### 1. Documentos manuscritos

Arquivo da Universidade de Coimbra (1721a) – *Informações Paroquiais de 1721. Freguesia de São Silvestre da Lousã*, 30.Maio.1721, Prior Manuel Lopes Serra, 3 fls., Dep. III, Sec. 1.ª D, Est. 5, Tab. 4, Caixa n.º 28.

<sup>21</sup> Transcrição da “Lista da Lousã” enviada pela Câmara Municipal da Lousã, guardada na Biblioteca Nacional de Lisboa, no códice n.º 212 (fundo antigo), tomo 5.º. A inclusão do presente documento neste tópico deve-se a questões metodológicas.

Idem (1721b) – *Informações Paroquiais de 1721. Freguesia de Santiago de Rio de Vide*, 12.Jun.1721, Cura José Dias Duarte, 1 fol., Dep. III, Sec. 1.ª D, Est. 5, Tab. 4, Caixa n.º 29.

Idem (1721c) – *Informações Paroquiais de 1721. Freguesia de Nossa Senhora do Socorro de Serpins*, 19.Mai.1721, Prior Manuel da Fonseca e Andrade, 2 fls., Dep. III, Sec. 1.ª D, Est. 5, Tab. 4, Caixa n.º 29.

Idem (1721d) – *Informações Paroquiais de 1721. Freguesia de São Pedro de Vilarinho*, 19.Mai.1721, Prior Sebastião Lopes de Miranda, 2 fls., Dep. III, Sec. 1.ª D, Est. 5, Tab. 4, Caixa n.º 29.

## 2. Obras impressas e policopiadas

CARQUEIA, Bento (1916) – *O Povo Português. Aspectos Sociais e Económicos*. Porto, Livraria Chardron, pp. 17-37.

CHORÃO, M. J. M. Bigotte (1987) – “Inquéritos Promovidos pela Coroa no Século XVIII”. *Revista de História Económica e Social*, 21, pp. 93-130.

CRAVIDÃO, Fernanda Delgado (1992) – *A População e o Povoamento da Gândara. Gênese e Evolução*. Dissertação de Doutoramento apresentada à FLUC, reed. pela Comissão de Coordenação da Região Centro, pp. 47-113.

DAVEAU, Suzanne e GALEGO, Júlia (1986) – *O Numeramento de 1527-1532. Tratamento Cartográfico*. Memórias do Centro de Estudos Geográficos n.º 9, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos, esp. pp. 11-42.

GIRÃO, Aristides de Amorim e VELHO, Fernanda (1954) – “O mais Antigo Censo da População de Portugal

(1527)”. *Boletim do Centro de Estudos Geográficos de Coimbra*, Coimbra, n.ºs 8-9, pp. 58-68.

MADAÍL, A. G. da Rocha (1936-37) – “As Informações Paroquiais da Cidade de Coimbra Recolhidas em 1721”. *Arquivo Coimbrão*, Coimbra, vol. III, pp. 193-244.

RAU, Virgínia (1965) – “Para a História da População Portuguesa dos Séculos XV e XVI (Resultados e Problemas de Métodos)”. *Do Tempo e da História*, Lisboa, tom I, pp. 7-46.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1975) – “Uma Estimativa da População Portuguesa em 1640”. Separata de *Memórias da Academia das Ciências*, Lisboa, vol. XVI, pp. 213-302.

SERRÃO, Joel (1973) – *Fontes de Demografia Portuguesa (1800-1862)*. Col. Horizonte n.º 19, Lisboa, Livros Horizonte, esp. pp. 7-64.

TOMÁS, Paulo Carvalho (1996) – *A Vila da Lousã. Contributo para um Estudo de Geografia Urbana*. Dissertação de Mestrado apresentada à FLUC, Coimbra, 435 p.

## 3. Imprensa regional

CID, Augusto (1944a) – “Casal de Ermio e Vilarinho da Lousã: as informações paroquiais de 1721”. *O Povo da Lousã*, n.º 533, 29/07/44, p. 4.

Idem (1944b) – “Foz de Arouce: a informação paroquial de 1721”. *O Povo da Lousã*, n.º 521, 29/04/44, p. 4.

Idem (1944c) – “Lousã: a informação paroquial de 1721”. *O Povo da Lousã*, n.º 519, 15/04/44, pp. 1 e 3.

Idem (1945) – “Serpins: a informação paroquial de 1721”. *O Povo da Lousã*, n.º 551, 06/01/45, p. 4.

PIMENTA, Belisário (1959) – “Velharias”. *O Povo da Lousã*, n.º 1277, 12/12/59, p. 4.